

Ponto de Encontro: Sessão de 2006.04.05
Área temática: GESTÃO URBANA
Tema: Prática da Sustentabilidade na Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)
Orador: Luís Amaral Alves, Presidente da Comissão Executiva da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos na Área Metropolitana de Lisboa (Norte)
Moderador: Paulo Ferrão, Director do Laboratório de Sistemas Ambientais do IST e membro do Conselho Consultivo da Lisboa E-Nova

Desenvolveu-se o diálogo sobre:

- Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), criada como SA no sistema multi-municipal, com os sete accionistas que se mantêm até hoje: EGF - Empresa Geral de Fomento (35,42%), Parque Expo (5,79%) e EDP – Energias de Portugal (15,58%) e pelas Câmaras Municipais de Lisboa (20%), Loures (12,89%), Amadora (5,16%) e Vila Franca de Xira (5,16%).
- Objectivo: implementação e gestão de um sistema integrado, tecnicamente avançado, ambientalmente correcto e economicamente sustentável para valorização e tratamento dos RSU em cinco municípios da AML: Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira.
- Área de apenas 593 km², ou 0,66% do País, mas com 1.182.174 habitantes, ou 11,72% do total, e uma produção de RSU que é 15% do todo nacional
- O contrato de concessão, por 25 anos, foi assinado com o Estado em 1995.
- Até meados dos anos de 1990 os lixos eram depositados em aterros nos cinco municípios, sem tratamento, nem valorização.
- O funcionamento baseia-se num conceito de sustentabilidade com três vértices a que as novas tecnologias a implantar deviam responder: responsabilidade social, responsabilidade económica e responsabilidade ambiental.
- O sistema dá resposta a três tipos de recolha de RSU - indiferenciada, selectiva de materiais recicláveis e selectiva de matéria orgânica - e é constituído por cinco instalações: CTRSU – Central de Tratamento de RSU, CTE – Central de Triagem e Ecocentro, AS – Aterro Sanitário, ETVO – Estação de Tratamento e Valorização Orgânica e ITVE – Instalação de Tratamento e Valorização de Escócias.

- Quase tudo que há nos lixos se aproveita para vários fins: valorização energética (produção de electricidade), valorização multimaterial com a triagem para reciclagem (papel, cartão, vidro, plástico e metal), valorização da matéria orgânica (electricidade e fertilizantes).
- As cinzas resultantes da incineração são misturadas com água e cimento e enterradas no aterro.
- Na sustentabilidade económica regista-se que os custos mais elevados são os da recolha porta-a-porta: cinco vezes superiores.
- Nos custos de tratamento está incluída a amortização do investimento.
- Se fosse tido em conta a redução da factura de importação de combustíveis fósseis conseguida com a incineração de 2.000 toneladas/dia o investimento estaria pago em 15 anos.
- Na sustentabilidade ambiental o uso das melhores tecnologias disponíveis pretende assegurar que os factores poluidores se mantenham nos padrões aceites internacionalmente.
- Monitorizações do sistema são realizadas em permanência em raios de 5km e de 10km em torno da Central de Tratamento de Santa Iria de Azóia: qualidade do ar em contínuo e descontínuo (pelo Instituto de Ambiente e Desenvolvimento), qualidade da água e sedimentos (pelo Instituto Hidrográfico), ecossistemas terrestre e estuário (pelo Instituto Oceanográfico da Faculdade de Ciências de Lisboa), ruído ambiente (pelo dBLab), saúde pública (pelo Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa) e atitude dos residentes (pelo Centro de Investigação e Intervenção Social).
- Os resultados das monitorizações são divulgados no site da Valorsul para conhecimento de todos os clientes e com isso se atende à responsabilidade social de garantir a segurança das populações em todas as suas vertentes.
- Qualquer instalação de tratamento de RSU gera rejeição nas populações vizinhas – é o fenómeno designado por “nimby” (“not in my back yard” – na minha vizinhança não), o que exige das empresas argumentos fortes e transparentes para convencer as populações.
- A empresa promove, ainda, acções de informação e esclarecimento da Comunicação Social.
- A empresa pretendia, ainda, desenvolver projectos de melhoria da qualidade de vida das populações, como reabilitação do património ou construção de instalações sociais e desportivas.

Recomendações gerais:

- Maior flexibilidade da autoridade reguladora na aprovação de contrapartidas. Projectos de apoio social, apoiados pelas populações (como a reabilitação de um palácio em Santa Iria da Azóia), foram rejeitados por onerarem as taxas do serviço. (Cada € 1

milhão gastos corresponderia ao preço de uma “bica” por habitante.) Em Lisboa, a taxa de lixo está indexada ao consumo da água.

- Cumprimento integral do Código da Reciclagem. A mensagem do Ponto Verde alerta para que, na dúvida, se deite tudo nos depósitos de lixo para que sejam cumpridas as metas da UE e Portugal não pague multas. O Código esclarece essas dúvidas e acaba com a contaminação dos lixos.
- Há que encontrar uma solução legal para o problema dos resíduos de demolição e construção, que, na maioria dos casos, ficam abandonados nas ruas. Uma das soluções poderia ser a obrigatoriedade do empreiteiro discriminar no caderno de encargos o pagamento das recolhas desses resíduos.
- Cumprimento por parte de fabricantes e vendedores de electrodomésticos das normas que os obrigam a assegurar a retoma e envio para reciclagem dos equipamentos usados, para que não fiquem ao abandono em ruas, aterros e baldios.
- Maior esclarecimento e consciência cívica na separação dos lixos. De acordo com a Valorsul, mais de 50% do lixo recolhido – em especial nas recolhas porta-a-porta - é refugo.